



NOTA TÉCNICA

Os Impactos da Reforma Trabalhista de 2017 no Contexto Socioeconômico do Estado do Pará



EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2024 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa

Endereço: Av. Presidente Vargas, 670.

Bairro: Campina – Belém – PA, CEP: 666.017-000.

Disponível em: www.fapespa.pa.gov.br

Diretor-Presidente

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais

Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Elaboração Técnica

Marcelo Santos Chaves

Marcilio da Silva Matos

Raimundo Victor Oliveira Santos

Revisão Técnica

Elisandro Ribeiro da Costa

NOTA TÉCNICA: OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ.

1. Introdução

A Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil, na forma da Lei n.º 13.467, sancionada em 13 de julho de 2017, foi uma alteração significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), viabilizando uma série de mudanças nas relações trabalhistas, com o objetivo declarado de modernizar a legislação e aumentar a flexibilidade nas negociações entre empregadores e empregados, decorrência da crise econômica que o país atravessou em meados da década de 2010, bem como as transformações digitais, sociais e relacionais disseminadas nas relações de trabalho no século XXI.

Dentre as principais mudanças ocorridas, podemos destacar, para fins de contextualização, que a reforma permitiu que acordos e convenções coletivas tenham mais força em relação à CLT em determinados pontos. Isso significa que algumas regras podem ser negociadas diretamente entre patrões e empregados, mesmo que sejam diferentes das previstas na legislação. Outra mudança corresponde ao fato de que, antes da reforma, havia restrições para a terceirização de atividades-fim (atividades principais das empresas). Após a sanção da lei, foi autorizada a terceirização de todas as atividades, tanto meio quanto fim, abrindo caminho para uma maior flexibilidade nas contratações.

A reforma também introduziu o contrato de trabalho intermitente, em que o empregado pode ser chamado para trabalhar apenas quando necessário, recebendo proporcionalmente pelas horas trabalhadas. Ademais, houve o acordo para jornadas de 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso (12x36). A nova legislação permitiu, além disso, o fracionamento das férias em até três períodos, sendo que um desses períodos deve ser de pelo menos 14 dias corridos.

Outros destaques importantes são referentes, por exemplo, à contribuição sindical, que anteriormente era obrigatória e descontada diretamente do salário do trabalhador e agora tornou-se opcional, dependente da anuência expressa do trabalhador. Houve ainda mudanças no chamado *banco de horas*, que antes precisava de negociação coletiva, mas, após a reforma, passou a poder ser negociado diretamente entre empregado e empregador, com compensação das horas em até seis meses (por acordo individual escrito) ou em até um ano (por acordo coletivo).

A rescisão do contrato de trabalho, por sua vez, passou a poder ser feita de maneira consensual, com o trabalhador recebendo metade do aviso prévio e 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS. Ele também poderá sacar 80% do saldo do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego. A legislação também regulamentou o trabalho remoto, estabelecendo que o regime de teletrabalho deve ser acordado por contrato, incluindo responsabilidades e custos.

Com essas características, a reforma foi amplamente apoiada por setores empresariais, que argumentaram que a flexibilização das leis trabalhistas incentivaria contratações e melhoraria a competitividade das empresas. Entretanto, os críticos, incluindo sindicatos e alguns especialistas em direito do trabalho, afirmaram que a reforma enfraqueceu os direitos dos trabalhadores, precarizou as condições de trabalho e reduziu a segurança jurídica em algumas situações. Em termos práticos, o impacto da reforma sobre a geração de empregos foi alvo de debate, com estudos divergentes sobre os efeitos na criação de vagas e na informalidade. As mudanças ocorridas continuam a ser discutidas no contexto político e econômico do Brasil.

Isto posto, e passados 6 anos desde sua sanção, quais os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 no contexto socioeconômico do estado do Pará? A presente Nota Técnica reuniu um conjunto de 20 indicadores relacionados ao mercado de trabalho, às condições de renda dos trabalhadores e população em geral e à justiça do trabalho, com a finalidade de responder a tal questionamento e avaliar a performance socioeconômica desta política no estado.

2. Níveis de Ocupação e Informalidade

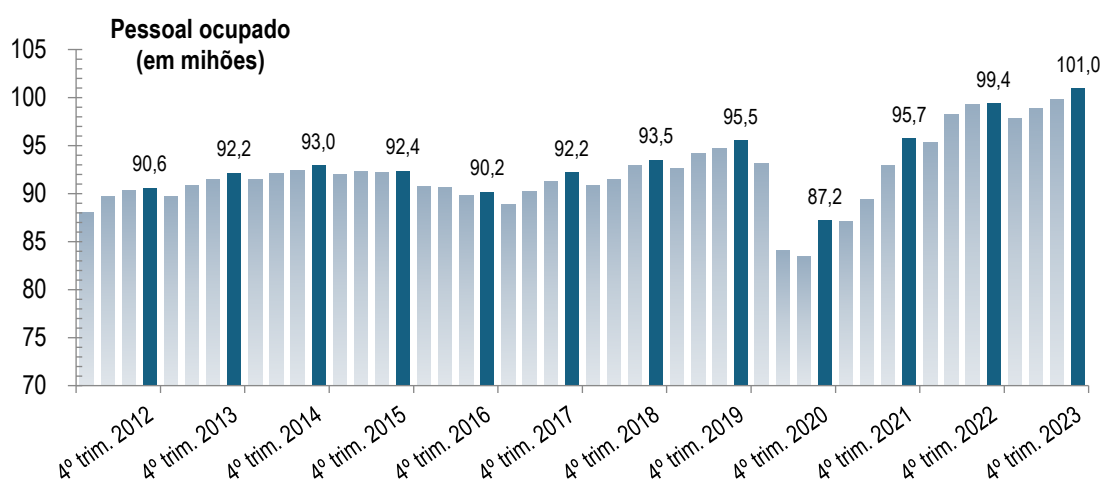
Os níveis de ocupação e informalidade são indicadores fundamentais para compreender a dinâmica do mercado de trabalho em uma economia. A ocupação refere-se ao número de pessoas empregadas, seja em trabalhos formais, com contratos e benefícios regulamentados, ou informais, sem vínculos formais de trabalho. A informalidade, por sua vez, engloba trabalhadores que não têm proteção social ou garantias legais, como carteira assinada, o que é comum em economias em desenvolvimento. Altos níveis de informalidade podem indicar fragilidade no mercado de trabalho, impactando a arrecadação de impostos e a distribuição de benefícios sociais, além de reduzir a segurança financeira dos trabalhadores.

Entre 2012 e 2023, o Brasil experimentou um crescimento de 11,5% na população ocupada, passando de 90,6 milhões para 101 milhões de pessoas. Esse crescimento foi impulsionado por fatores diversos, incluindo a aprovação da reforma trabalhista em 2017. Antes

da reforma, a taxa de crescimento médio da ocupação era de 0,2% ao ano. Após a mudança nas leis trabalhistas, essa taxa acelerou para 0,4% ao ano (Gráfico 01).

Apesar do impacto significativo da pandemia de Covid-19, que gerou retrações econômicas e perdas de empregos, o mercado de trabalho brasileiro mostrou uma recuperação notável no período pós-pandemia. A reforma trabalhista pode ter sido um dos fatores que ajudaram a criar um ambiente mais flexível e propício para a reestruturação do mercado de trabalho, contribuindo para a retomada e superação dos níveis de ocupação pré-crise, especialmente com a categoria de trabalho intermitente.

Gráfico 01 – Evolução do estoque da população ocupada – Brasil (4º trim. 2012–4º trim. 2023)

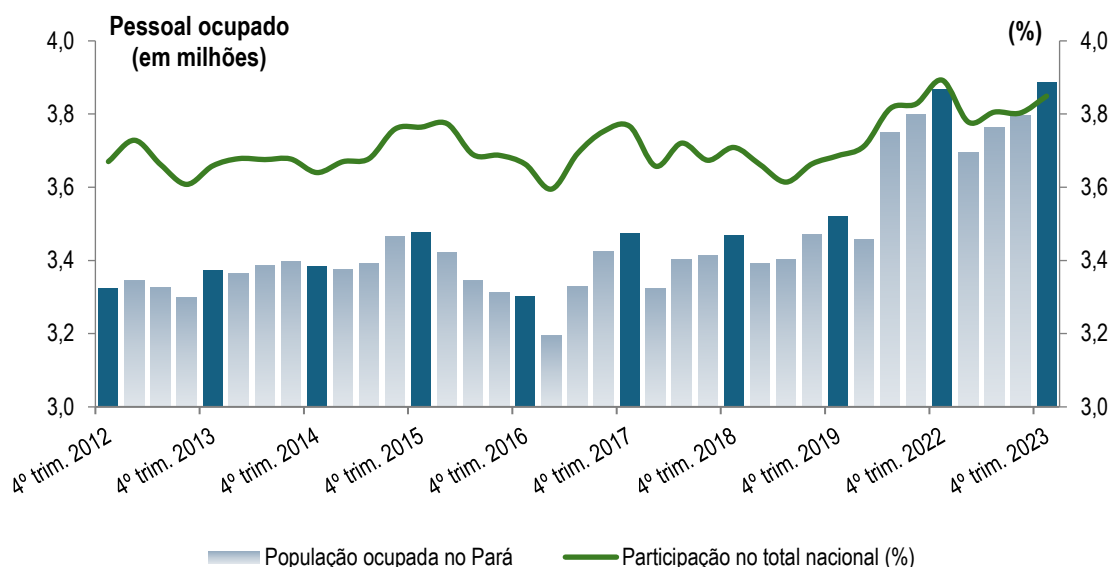


Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Entre o 4º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2023, a população ocupada no Pará cresceu de 3,3 milhões para 3,8 milhões de pessoas, um aumento de 16,9%. Até a reforma trabalhista de 2017, o crescimento médio anual da população ocupada no estado foi de 0,5%. Após a reforma, essa taxa acelerou para 0,7%, com destaque para a recuperação observada no período pós-pandemia, que resultou no pico da série no final de 2023 (Gráfico 02).

Além disso, a participação do Pará no total de pessoas ocupadas no Brasil aumentou ligeiramente, passando de 3,7% para 3,8% no mesmo período. Esse crescimento reflete tanto a adaptação do mercado de trabalho local às mudanças regulatórias quanto a resiliência econômica do estado após a crise sanitária.

Gráfico 02 – Evolução da população ocupada e participação no total nacional – Pará (4º trim. 2012–4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.

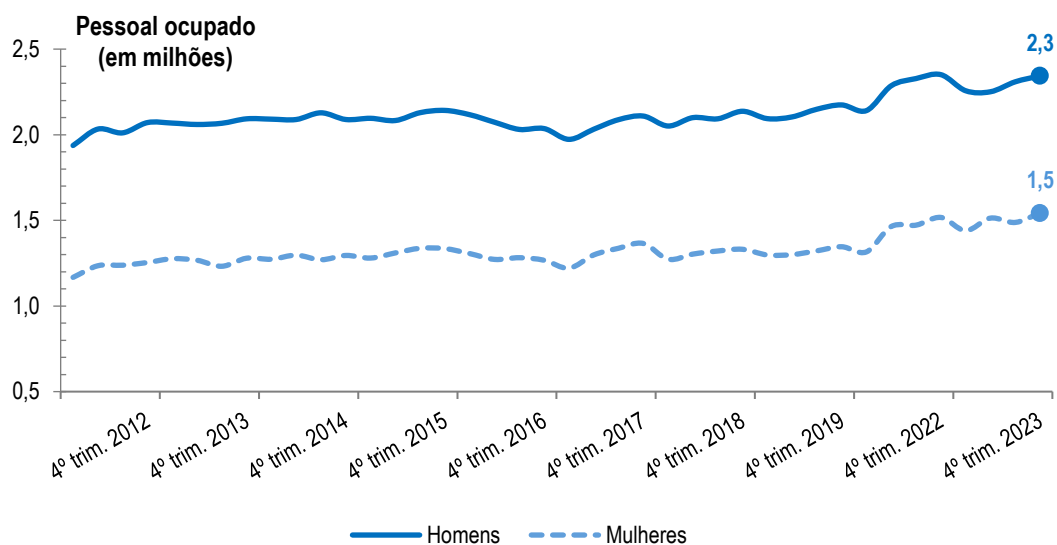
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Obs.: não há dados disponíveis para o estado do Pará entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021.

No Pará, embora a maior parte da população ocupada seja composta por homens, o crescimento da ocupação feminina tem sido mais expressivo. Entre o 4º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2023, o número de homens ocupados aumentou de 2,1 milhões para 2,3 milhões, um crescimento de 13,2%. No mesmo período, o número de mulheres ocupadas passou de 1,2 milhão para 1,5 milhão, representando um aumento significativo de 23% (Gráfico 03).

Até a reforma trabalhista de 2017, a taxa média de crescimento anual da ocupação masculina foi de 0,4%, enquanto a das mulheres foi de 0,7%. Após a reforma, a ocupação dos homens cresceu a uma taxa média de 0,7%, enquanto a das mulheres aumentou para 0,8%. Esses dados indicam que, ao longo do tempo, as mulheres vêm apresentando uma inserção superior no mercado de trabalho do Pará, refletindo um avanço na participação feminina no cenário ocupacional do estado.

Gráfico 03 – Evolução da população ocupada por sexo – Pará (4º trim. 2012–4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Obs.: não há dados disponíveis para o estado do Pará entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021.

No Pará, a maior parte da população ocupada no 4º trimestre de 2023 estava concentrada na faixa etária de 25 a 39 anos, que representou 40,6% do total de ocupados. A segunda faixa etária mais numerosa foi a de 40 a 59 anos, com 36,1% de participação, seguida pelos jovens de 18 a 24 anos, que compuseram 14,4% da força de trabalho (Tabela 01).

Comparando com o 4º trimestre de 2016, a faixa etária que mais cresceu em termos percentuais na população ocupada foi a de 60 anos ou mais, com um aumento de 35,3%. Além disso, houve um crescimento notável de 20,6% no grupo de 40 a 59 anos, destacando uma maior participação das pessoas mais velhas no mercado de trabalho do estado ao longo dos últimos anos.

Tabela 01 – Variação (%) e Participação (%) da população ocupada por faixa de idade – Pará (4º trim. 2016–4º trim. 2023)

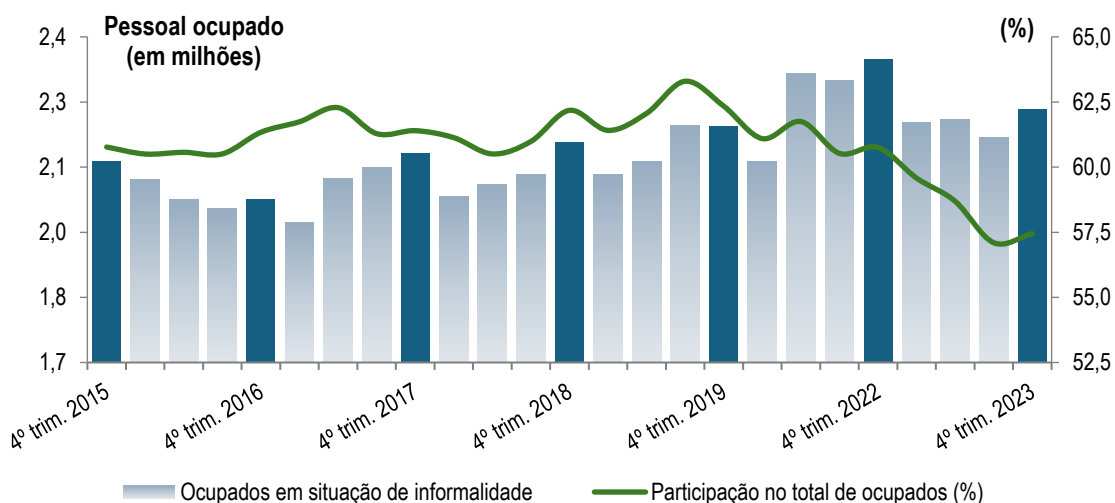
Faixa de idade	População ocupada (mil pessoas)		Var. (%) 2023/2016	Part. (%) 2023
	4º trimestre 2016	4º trimestre 2023		
Total	3.303	3.887	17,7	100,0
14 a 17 anos	87	91	4,6	2,3
18 a 24 anos	489	561	14,7	14,4
25 a 39 anos	1.376	1.577	14,6	40,6
40 a 59 anos	1.165	1.405	20,6	36,1
60 anos ou mais	187	253	35,3	6,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

A população ocupada em condições de informalidade no Pará aumentou de 2,1 milhões no 4º trimestre de 2015 para 2,2 milhões no 4º trimestre de 2023, registrando um crescimento de 5,7%. No entanto, a representatividade do trabalho informal no total de ocupados diminuiu, passando de 60,8% para 57,4% no mesmo período. Essa queda relativa ocorreu porque o número total de pessoas ocupadas cresceu a uma taxa mais rápida do que o emprego informal (Gráfico 04).

Apesar dessa redução percentual, o trabalho informal ainda constitui mais da metade da força de trabalho no Pará, refletindo um cenário em que uma grande parcela dos trabalhadores permanece sem acesso aos benefícios e proteções formais do mercado de trabalho.

Gráfico 04 – Evolução da população ocupada em condição de informalidade e participação no total de ocupados – Pará (4º trim. 2015–4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.

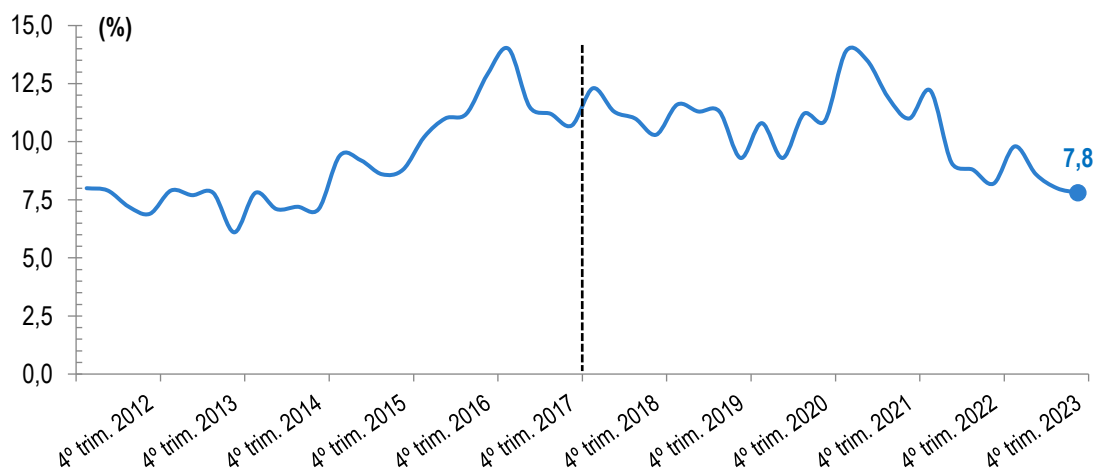
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Obs.: não há dados disponíveis para o estado do Pará entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021.

A taxa de desemprego no Pará apresentou uma redução nos últimos anos, mas ainda se mantém elevada em comparação com os padrões de estados desenvolvidos. Entre o 4º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2023, o desemprego no estado variou entre 6,1% e 14%, atingindo 7,8% no final da série. Ao comparar o desempenho do mercado de trabalho em dois períodos antes e após a reforma trabalhista de 2017 —, observa-se que a menor taxa de desemprego foi alcançada antes da reforma. Entretanto, a maior taxa de desemprego também ocorreu nesse período (Gráfico 05).

Até 2017, o desemprego cresceu a uma taxa média menor do que no período pós-reforma, o que sugere que fatores externos, como a pandemia de Covid-19, impactaram negativamente o mercado de trabalho, causando um aumento mais acentuado na taxa de desemprego após 2017. No entanto, em 2023, o desemprego no Pará atingiu a menor taxa desde 2014, indicando uma recuperação significativa no mercado de trabalho estadual, apesar dos desafios enfrentados ao longo dos anos.

Gráfico 05 – Evolução da taxa de desemprego – Pará (4º trim. 2012–4º trim. 2023)

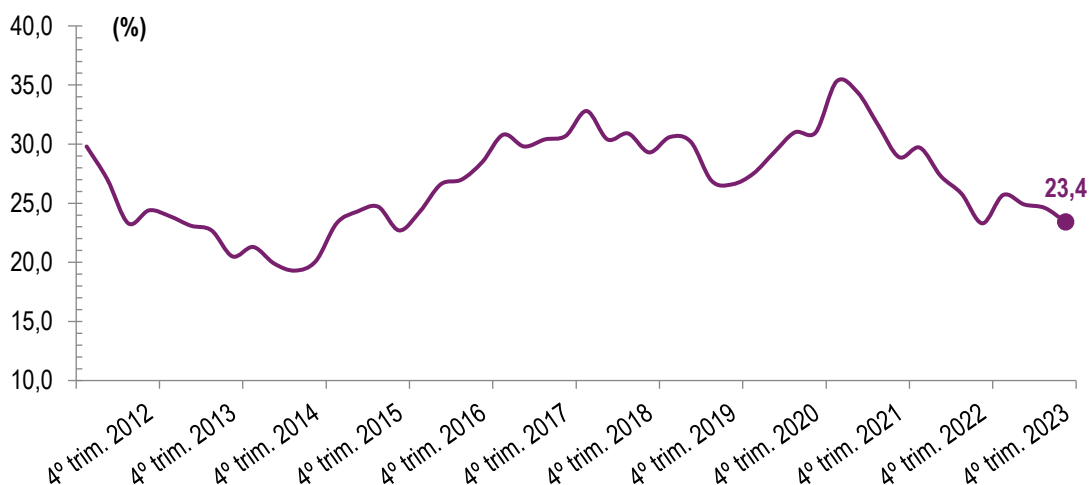


Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho, que amplia a análise do mercado de trabalho ao considerar não apenas o desemprego, mas também questões como subocupação e desalento, apresentou uma média superior após a reforma trabalhista de 2017. Até 2017, a taxa média de subutilização foi de 24,9%. No período seguinte, essa taxa média aumentou para 28,8%, refletindo as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho, especialmente devido à crise econômica e à pandemia de Covid-19 (Gráfico 06).

No entanto, no 4º trimestre de 2022, a taxa composta de subutilização recuou para 23,3%, indicando uma melhora no aproveitamento da força de trabalho no Pará. Esse resultado mais recente sugere que o mercado está se recuperando, ainda que os níveis de subutilização permaneçam elevados em comparação com os anos que antecederam a reforma trabalhista.

Gráfico 06 – Taxa composta da subutilização da força de trabalho – Pará (4º trim. 2012–4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Em resumo, após a reforma trabalhista, tanto no Brasil quanto no Pará, a população ocupada cresceu em um ritmo mais acelerado do que no período anterior a ela, com o Pará apresentando um desempenho superior ao do Brasil. No cenário estadual, as mulheres se destacaram como as que mais contribuíram para esse crescimento, e a faixa etária de 40 anos ou mais foi a principal responsável pelo aumento da população ocupada.

Embora a informalidade também tenha crescido no Pará, seu aumento foi proporcionalmente menor em comparação ao crescimento do total de ocupados. O desemprego no estado apresentou uma taxa média mais elevada em relação ao período anterior à reforma, apesar de ter caído nos últimos anos. Da mesma forma, a taxa de subutilização da força de trabalho foi, em média, maior após a reforma, mas também mostrou uma tendência de queda recente. Esses indicadores refletem os impactos da reforma e as dinâmicas do mercado de trabalho no Pará.

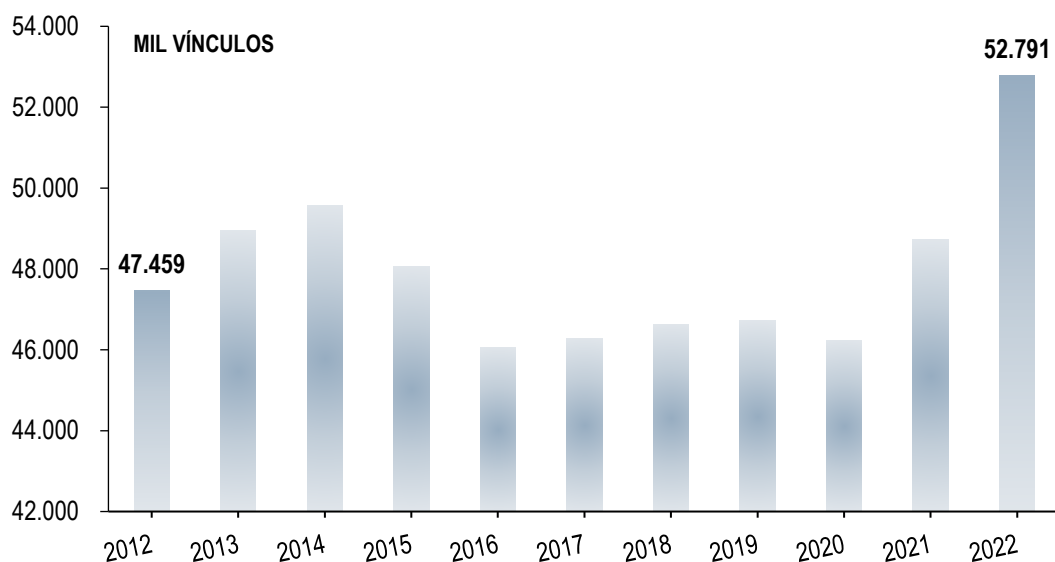
3. Nível de Emprego Formal

O emprego formal é um dos principais indicadores para avaliar o impacto da reforma trabalhista de 2017 no Brasil, pois reflete diretamente as mudanças estruturais e regulatórias introduzidas pela reforma. Além de garantir ao trabalhador condições de trabalho e renda mais estáveis, o aumento dos vínculos formais significa maior contribuição para o sistema de seguridade social e para o FGTS, impactando positivamente as finanças públicas. Portanto, o

comportamento do estoque de emprego formal reflete a capacidade da reforma em gerar empregos que contribuem para o crescimento econômico e para a arrecadação pública.

A partir de dados obtidos na base oficial da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), considerando-se os últimos 11 anos (2012–2022), observa-se que, no período pré-reforma trabalhista (2013–2016), ocorreu uma retração média anual da ordem de -0,7% ao ano, o que permite inferir que, nos 5 anos que antecederam a reforma, os níveis de geração de emprego formal no país apresentavam uma tendência recessiva. Não obstante, no período pós-reforma (2017–2022), observou-se um crescimento médio anual do emprego formal da ordem de 2,4% ao ano, com maior pico de crescimento entre 2021 e 2022, que foi de 8,3% (Gráfico 07).

Gráfico 07 – Evolução do estoque de vínculos formais – Brasil (2012–2022)

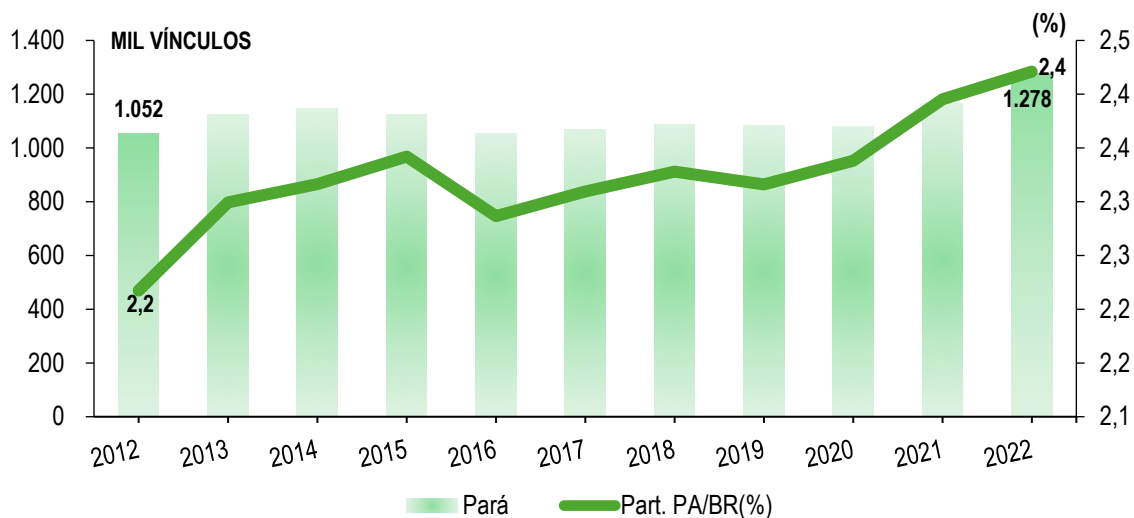


Fonte: RAIS, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Já no contexto socioeconômico estadual, observa-se que, no período pré-reforma trabalhista (2013–2016), ocorreu um tímido crescimento médio anual, da ordem de 0,1% ao ano. Por outro lado, no período pós-reforma (2017–2022), observou-se um crescimento médio anual do emprego formal mais robusto, da ordem de 3,3% ao ano, com maior pico de crescimento entre 2021 e 2022, que foi de 9,5% (Gráfico 08).

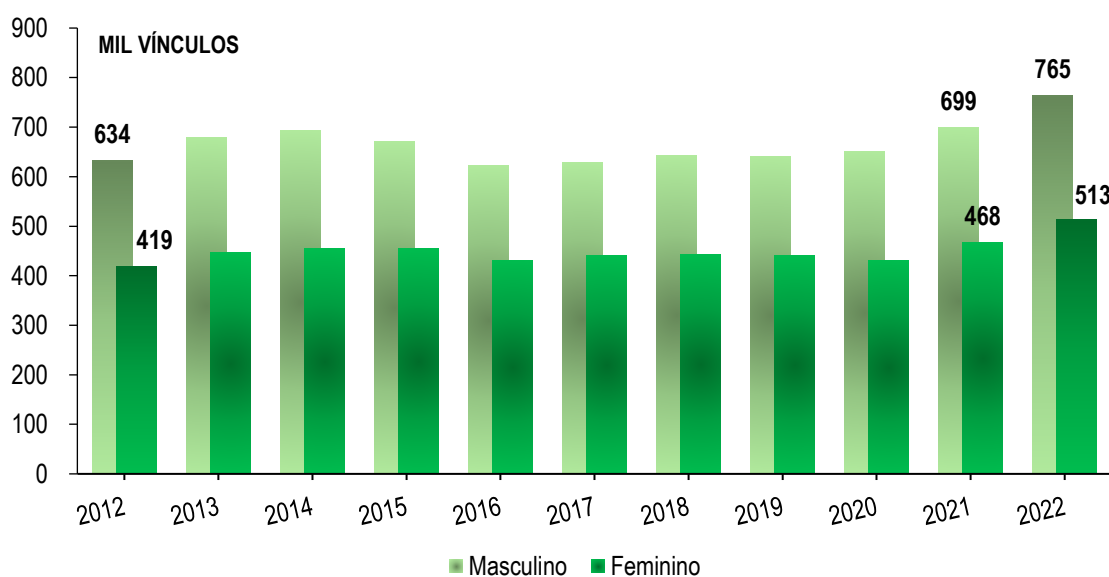
Gráfico 08 – Evolução do estoque de vínculos formais e participação nacional (%) – Pará (2012–2022)



Fonte: RAIS, 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Ao avaliarmos o comportamento do estoque de vínculos formais no estado do Pará, identificamos que, no período pré-reforma (2013–2016), em relação aos homens, houve uma retração média de -0,3% ao ano, enquanto para as mulheres foi registrado um discreto aumento de 0,8% ao ano. Por outro lado, no período pós-reforma (2017–2022), os postos formais registraram crescimento médio de 3,6% ao ano para homens e 3% para as mulheres, ou seja, para ambos os gêneros houve um crescimento mais significativo de inserção no mercado de trabalho formal após a instituição da Reforma Trabalhista de 2017 (Gráfico 09).

Gráfico 09 – Evolução da quantidade de vínculos por sexo – Pará (2012–2022)



Fonte: RAIS, 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Na análise desagregada do estoque de empregos formais por faixa etária, identificamos que a faixa de 30 a 39 anos foi a que mais acumulou postos formais, com crescimento de 6,2% entre o último ano pré-reforma (2016) e o ano de 2022 (pós-reforma). É importante destacar que, entre os dois períodos, houve uma maior variação no grupo de 65 anos ou mais, de cerca de 84,5% (Tabela 02).

Tabela 02 – Variação (%) e participação (%) da quantidade de vínculos por faixa de idade – Pará (2016 e 2022)

Faixa etária	Ano		Var. % (2016/2022)	Part. % (2022)
	2016	2022		
Total Pará	1.053.271	1.278.058	21,3	100
10 a 14	69	48	-30,4	0,0
15 a 17	4.083	3.512	-14,0	0,3
18 a 24	120.565	152.146	26,2	11,9
25 a 29	157.103	177.697	13,1	13,9
30 a 39	360.885	383.297	6,2	30,0
40 a 49	237.856	325.360	36,8	25,5
50 a 64	158.165	209.173	32,2	16,4
65 ou mais	14.539	26.824	84,5	2,1
Não classificado	6	1	-83,3	0,0

Fonte: RAIS, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Dentre as 15 atividades que mais agregaram vínculos formais no estoque paraense, destaca-se o *Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados*, com a maior participação no total do estado, cerca de 3%, e crescimento de 76,5% entre o último ano pré-reforma (2016) e o ano pós-reforma (2022). A maior variação positiva ficou por conta da atividade de *Serviços combinados de escritório e apoio administrativo*, que cresceu 548,2% entre os períodos e contribuiu com 1,4% de participação no estado.

A atividade que registrou a maior redução entre o pré e pós-reforma trabalhista foi *Limpeza em prédios e em domicílios*, com queda de -17,2%. Outro dado importante é que, dentre as 15 atividades principais, sete pertencem ao setor de serviços, sendo este o setor mais presente no ranking e, de certa forma, um dos mais beneficiados pelas mudanças da reforma (Tabela 03).

Tabela 03 - Variação (%) e participação (%) da quantidade de vínculos das 15 principais atividades com maior estoque, Pará (2016 e 2022)

Setor	Atividade	Ano		Var. % (2016/2022)	Part. % (2022)
		2016	2022		
-	Total Pará	1.053.271	1.278.058	21,3	100
Comércio	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	21.394	37.760	76,5	3,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Criação de bovinos para corte	20.067	23.576	17,5	1,8
Serviços	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	16.529	22.259	34,7	1,7
Construção civil	Construção de edifícios	24.073	20.589	-14,5	1,6
Serviços	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	2.841	18.415	548,2	1,4
Serviços	Atividades de vigilância e segurança privada	10.817	17.163	58,7	1,3
Comércio	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	15.108	16.569	9,7	1,3
Serviços	Limpeza em prédios e em domicílios	17.330	14.353	-17,2	1,1
Serviços	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	10.218	14.258	39,5	1,1
Serviços	Restaurantes e similares	9.739	13.463	38,2	1,1
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Cultivo de dendê	9.709	12.664	30,4	1,0
Extrativa mineral	Extração de minério de ferro	11.283	12.285	8,9	1,0
Serviços	Educação superior - graduação	12.275	11.973	-2,5	0,9
Comércio	Comércio varejista de materiais de construção em geral	8.842	11.862	34,2	0,9
Comércio	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	8.967	10.743	19,8	0,8
-	Outros	811.705	1.060.476	30,6	83,0

Fonte: RAIS, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Dimensionando o comportamento do emprego formal com base nas ocupações catalogadas pela RAIS, dentre as 15 principais ocupações do Pará em 2022, a de *Assistente Administrativo* foi a que registrou maior quantidade de vínculos formais, com participação de 4,7% no quantitativo total do estado e crescimento de 31,8% entre 2016 (pré-reforma) e 2022. O maior crescimento entre os períodos foi observado na ocupação de *Alimentador de linhas de produção*, que aumentou seu estoque em 71,9% no pós-reforma, com participação de 1,4% em 2022. Por

outro lado, a maior queda ficou por conta da ocupação de *Auxiliar de escritório em geral*, com redução de -19,7% entre 2016 e 2022 (tabela 04).

Tabela 04 - Variação (%) e participação (%) da quantidade de vínculos das 15 principais ocupações (CBO 2002) com maior estoque, Pará (2016 e 2022)

Posição	Atividade	Ano		Var. % (2016/2022)	Part. % (2022)
		2016	2022		
-	Total Pará	1.053.271	1.278.058	21,3	100
1º	Assistente administrativo	45.115	59.444	31,8	4,7
2º	Faxineiro	31.260	48.561	55,3	3,8
3º	Vendedor de comércio varejista	43.505	45.780	5,2	3,6
4º	Auxiliar de escritório, em geral	51.480	41.348	-19,7	3,2
5º	Não classificado*	34.071	41.081	20,6	3,2
6º	Professor de disciplinas pedagógicas do ensino médio	27.516	27.182	-1,2	2,1
7º	Operador de caixa	19.331	25.922	34,1	2,0
8º	Técnico de enfermagem	18.318	25.427	38,8	2,0
9º	Servente de obras	19.883	23.265	17,0	1,8
10º	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série)	14.464	22.361	54,6	1,7
11º	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	15.221	22.091	45,1	1,7
12º	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	16.775	21.628	28,9	1,7
13º	Vigia	17.018	20.470	20,3	1,6
14º	Vigilante	17.792	19.896	11,8	1,6
15º	Alimentador de linhas de produção	10.560	18.151	71,9	1,4
-	Outros	670.962	815.451	21,5	63,8

Fonte: RAIS, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

*Atividades econômicas não classificadas pela base de dados da RAIS.

Analisando o comportamento do emprego formal no âmbito dos municípios paraenses, dos 15 municípios com maior estoque de empregos formais, a capital Belém registrou a maior participação no total desta categoria no estado em 2022, com 33,9%, e variação de 6,3% entre os períodos pré e pós-reforma (2016-2022). O maior crescimento foi observado no município de Canaã dos Carajás (59,6%), que alcançou participação de 1,9% em 2022. A maior redução foi em Altamira, com queda de -13,2% no estoque de vínculos formais (Tabela 05).

Tabela 05 - Variação (%) e participação (%) da quantidade de vínculos dos 15 principais municípios com maior estoque, Pará (2016 e 2022)

Posição	Município	Ano		Var. % (2016/2022)	Part. % (2022)
		2016	2022		
-	Total Pará	1.053.271	1.278.058	21,3	100
1º	Belém	408.053	433.899	6,3	33,9
2º	Ananindeua	63.549	78.164	23,0	6,1
3º	Parauapebas	47.353	70.956	49,8	5,6
4º	Marabá	42.443	59.530	40,3	4,7
5º	Santarém	42.311	48.729	15,2	3,8
6º	Castanhal	31.463	37.170	18,1	2,9
7º	Barcarena	21.878	32.818	50,0	2,6
8º	Canaã dos Carajás	14.890	23.764	59,6	1,9
9º	Paragominas	17.675	23.548	33,2	1,8
10º	Itaituba	11.206	17.776	58,6	1,4
11º	Redenção	12.821	16.455	28,3	1,3
12º	Altamira	18.806	16.330	-13,2	1,3
13º	Marituba	15.825	15.081	-4,7	1,2
14º	Abaetetuba	9.374	13.804	47,3	1,1
15º	Tailândia	9.732	13.578	39,5	1,1
-	Outros	285.892	376.456	31,7	29,5

Fonte: RAIS, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

4. Processos trabalhistas

Os processos trabalhistas são disputas judiciais que envolvem questões relacionadas ao emprego, como salários, horas extras, rescisões contratuais, condições de trabalho e direitos trabalhistas em geral. Esses processos são fundamentais para a proteção dos direitos dos trabalhadores e a mediação de conflitos entre empregadores e empregados. No Brasil, a Justiça do Trabalho é responsável por julgar essas ações, que podem ser iniciadas por trabalhadores que se sentem lesados em suas relações de trabalho.

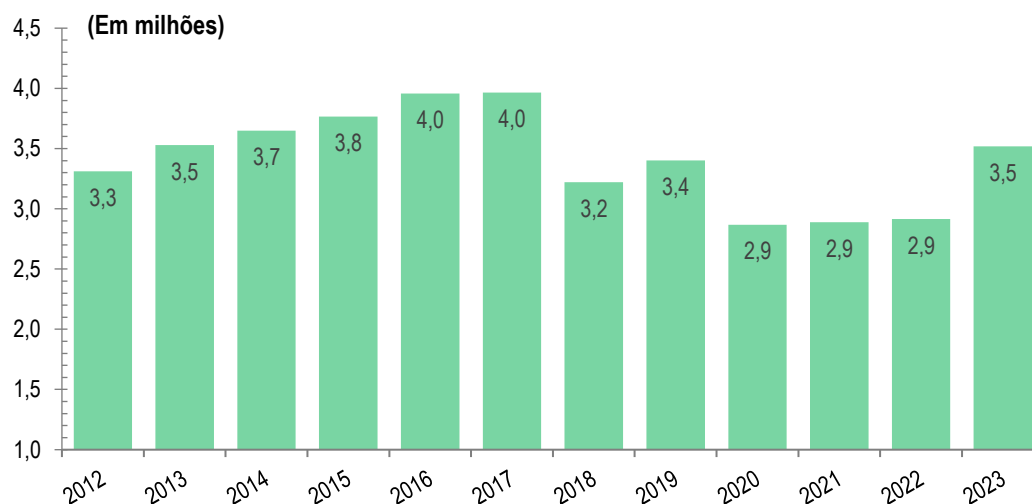
A dinâmica dos processos trabalhistas é influenciada por diversos fatores, incluindo mudanças na legislação, condições econômicas e sociais e a cultura do trabalho no país. As reformas trabalhistas, por exemplo, podem impactar o volume e a natureza das disputas judiciais, refletindo alterações nas relações de trabalho e nas garantias legais. A análise do número de

processos trabalhistas é, portanto, um indicador importante da saúde do mercado de trabalho e da eficácia das políticas trabalhistas em um país.

Entre 2012 e 2017, o número de processos recebidos pela Justiça Trabalhista no Brasil apresentou uma tendência crescente, atingindo o pico com cerca de 4 milhões de processos em 2017. Esse aumento reflete, em parte, as disputas trabalhistas antes da implementação da reforma trabalhista. A partir de 2017, após a reforma, houve uma redução significativa no volume de processos, que se manteve em patamares mais baixos. Contudo, em 2023, verificou-se um aumento significativo neste número, que atingiu 3,5 milhões, o mesmo nível observado em 2013 (Gráfico 10).

Essa redução inicial no número de processos pós-reforma pode estar associada às mudanças nas regras para litígios trabalhistas, que tornaram mais rigorosas as condições para que os trabalhadores apresentassem queixas à Justiça. O aumento observado em 2023 sugere uma possível retomada das disputas trabalhistas ou um ajuste nas interpretações e aplicações das novas normas ao longo do tempo.

Gráfico 10 - Evolução de processos recebidos na Justiça Trabalhista, Brasil (2012-2023)

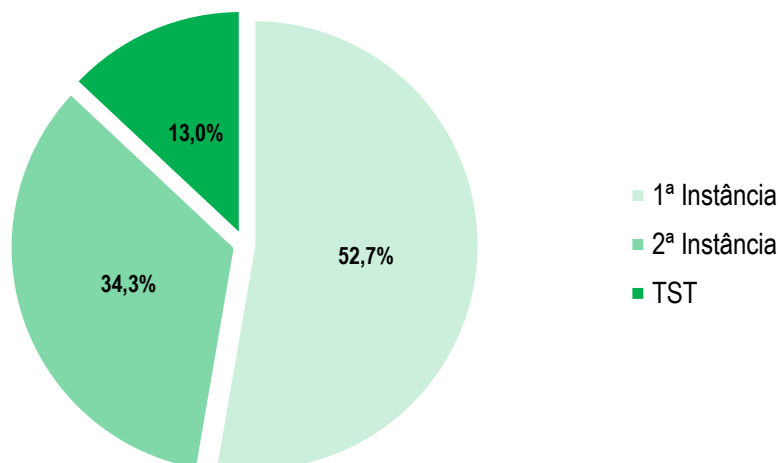


Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Em 2023, a maior parte dos processos trabalhistas no Brasil foi recebida na primeira instância, que concentrou 52,7% do total de casos. A segunda instância recebeu 34,3% dos processos, enquanto o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ficou responsável por 13%. Esses números refletem a estrutura hierárquica do sistema judiciário trabalhista, no qual a maioria das

disputas começa nas instâncias iniciais, e, em menor grau, segue para as fases de recurso nas instâncias superiores (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Distribuição dos processos recebidos na Justiça Trabalhista por instância, Brasil (2023)



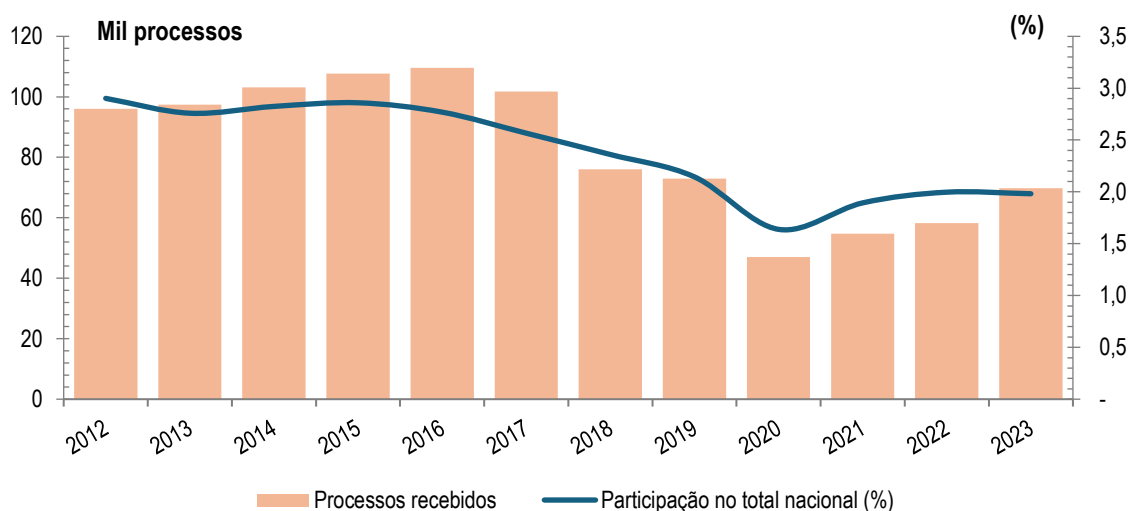
Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Após a reforma trabalhista, o número de processos também diminuiu no Pará e Amapá, que fazem parte da 8ª Região da Justiça do Trabalho. Até 2017, essa região recebia, em média, 102 mil processos anualmente, mas, após a reforma, a média caiu para 63 mil processos (Gráfico 12).

Além disso, a participação dos dois estados na quantidade total de processos recebidos pela Justiça brasileira também apresentou uma queda significativa, passando de 2,9% em 2012 para 2% em 2023. Esse resultado indica que a redução de processos na 8ª Região foi mais acentuada do que a média nacional, sugerindo que a reforma trabalhista teve um impacto significativo na diminuição das disputas trabalhistas nos dois estados. Essa diminuição reflete os impactos das mudanças legislativas que tornaram mais rigorosas as condições para a abertura de processos trabalhistas.

Gráfico 12 - Evolução de processos recebidos na 8ª Região da Justiça Trabalhista e participação no total nacional, Pará e Amapá (2012-2023)



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Além disso, destaca-se que mais da metade dos processos trabalhistas foi recebida na primeira instância, o que demonstra que a maioria das disputas judiciais se inicia no nível básico da Justiça do Trabalho, antes de avançar para instâncias superiores.

5. Contexto socioeconômico

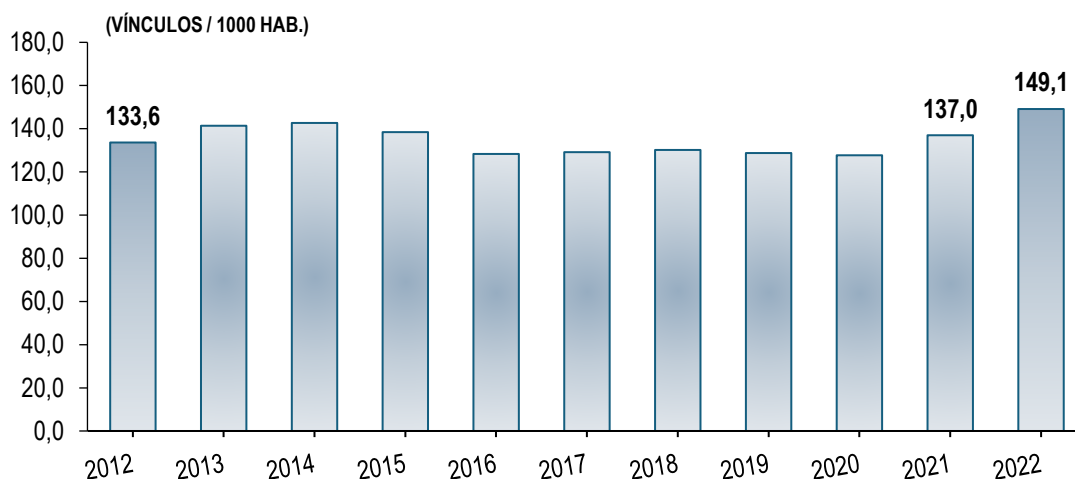
5.1 Emprego e população

O emprego formal desempenha um papel crucial no contexto socioeconômico de um estado, pois está diretamente relacionado ao nível de desenvolvimento econômico, à qualidade de vida e à estabilidade social. Ele garante o acesso aos direitos trabalhistas e contribui para a arrecadação de impostos, fortalecendo a capacidade do estado de investir em infraestrutura, saúde e educação. Em estados com alta taxa de formalização, observa-se geralmente uma economia mais dinâmica, melhor distribuição de renda e menores índices de pobreza e informalidade. Enquanto isso, a ausência de emprego formal pode agravar a desigualdade e a vulnerabilidade social.

Com o intuito de mensurar a intensidade da geração de empregos formais na economia paraense, foi desenvolvida a construção de um indicador referente à quantidade de vínculos a cada mil habitantes. Dessa forma, no período pré-reforma (2013-2016), houve um declínio do quantitativo de vínculos formais por mil habitantes, com redução média de -0,9% ao ano. No

período pós-reforma (2017-2022), o mesmo indicador registrou um significativo crescimento médio de 2,6% ao ano (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Evolução da quantidade de vínculos formais por 1.000 habitantes, Pará (2012-2022)



Fonte: RAIS; IBGE, 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

5.2 Renda média

Outro indicador de relevância em termos de resultados socioeconômicos é a remuneração média das 15 principais ocupações, ranqueadas de acordo com o maior número de vínculos. Observa-se, neste sentido, que , entre o último ano pré-reforma (2016) e o primeiro ano pós-reforma (2022), a remuneração média foi maior na ocupação de *Professor de disciplinas pedagógicas do ensino médio*, com aumento de 16,2% entre os períodos analisados. Contudo, a remuneração média geral do estado, entre os anos em análise, declinou em -27,7% em termos reais, sendo que a maior redução foi registrada para a ocupação de *Vigilante*, com queda de -18% (Tabela 06).

Tabela 06 - Remuneração média das 15 principais ocupações formais com maior estoque, Pará (2016 e 2022)

Posição	Ocupações	Remuneração média (SM)		Var. % (2016/2022)
		2016	2022	
-	Pará	3.446,4	2.492,2	-27,7
1º	Professor de disciplinas pedagógicas do ensino médio	7.303,5	8.488,4	16,2
2º	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série)	4.746,6	5.542,3	16,8
3º	Não classificado	5.376,5	5.514,0	2,6
4º	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	2.914,1	3.041,8	4,4
5º	Técnico de enfermagem	2.551,6	2.860,3	12,1
6º	Assistente administrativo	2.990,9	2.766,7	-7,5
7º	Vigilante	2.832,2	2.321,2	-18,0
8º	Vendedor de comércio varejista	1.891,1	2.215,0	17,1
9º	Vigia	1.888,1	1.939,1	2,7
10º	Auxiliar de escritório em geral	2.309,0	1.928,2	-16,5
11º	Servente de obras	1.500,6	1.778,6	18,5
12º	Operador de caixa	1.689,3	1.727,8	2,3
13º	Alimentador de linha de produção	1.590,9	1.547,5	-2,7
14º	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	1.533,8	1.541,5	0,5
15º	Faxineiro	1.403,4	1.479,0	5,4

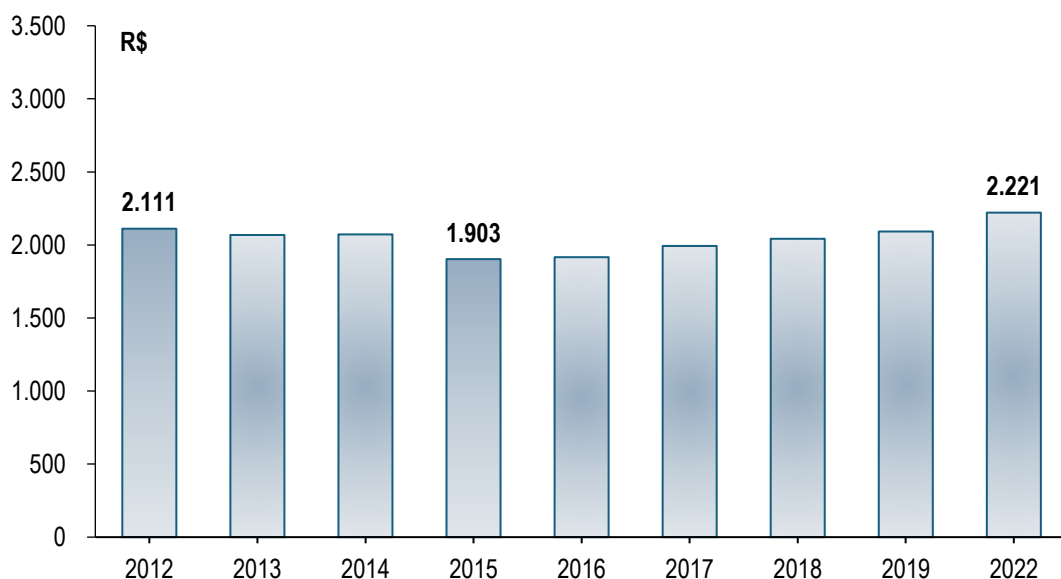
Fonte: RAIS, 2024.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Nota: os valores de 2016 foram corrigidos pelo INPC a preços dez/2022.

Ao avaliarmos o rendimento médio real das pessoas em todos os trabalhos exercidos, com base nos dados da PNAD, identificamos uma expressiva queda no período pré-reforma (2013-2016) na ordem de -3,3% ao ano. Por sua vez, no período de 2017 a 2022 (pós-reforma), o rendimento médio obteve um expressivo crescimento médio de 3,2% ao ano (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Evolução do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, Pará (2012-2022)



Fonte: PNAD/T, 2024.

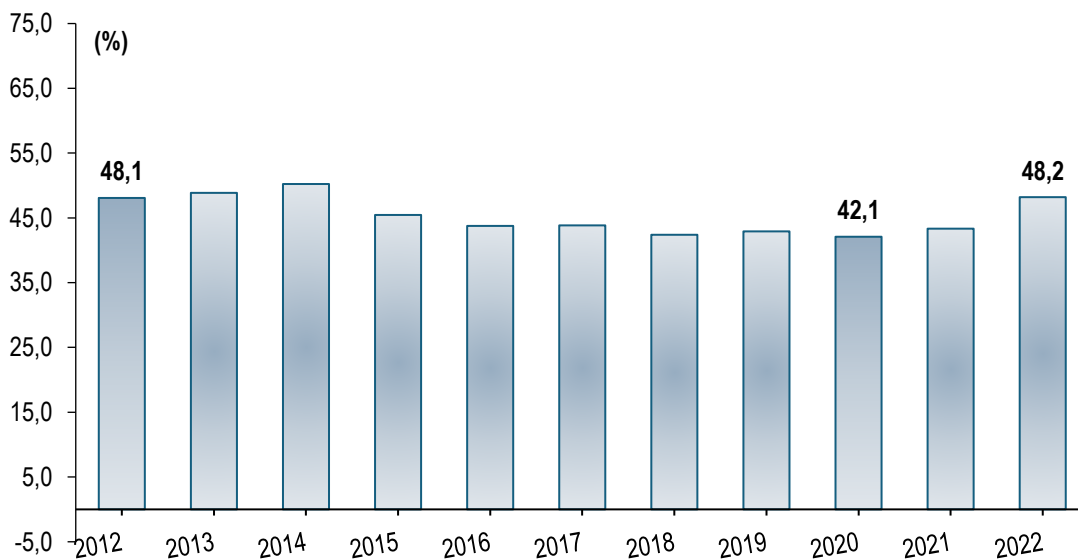
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Nota: a PNADC/T não apresenta dados referentes aos anos de 2020 e 2021.

5.3 Condição de pobreza

Por fim, um indicador indispensável para a avaliação socioeconômica é a situação de pobreza no estado, com base nos dados das pessoas cadastradas no CadÚnico. É importante salientar que os dados de pobreza disponibilizados pelo CadÚnico compreendem tanto a pobreza quanto a extrema pobreza. Sendo assim, os dados revelam que a condição de pobreza no estado do Pará atingiu a proporção média anual de 47,3% da população no período pré-reforma. Enquanto isso, no período pós-reforma (2017-2022), a proporção média anual para este indicador diminuiu para 43,8% (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Evolução da proporção (%) da população em condição de pobreza (pobreza + extrema pobreza) em relação à população total, Pará (2012-2022)



Fonte: CADÚNICO e IBGE, 2024.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

6. Síntese

Após a análise sobre os indicadores fundamentais e os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 no contexto socioeconômico do estado do Pará, constatou-se que, em termos de número de pessoas ocupadas, houve crescimento médio anual maior neste indicador após a reforma, especialmente entre mulheres na faixa de 25 a 39 anos.

Em relação aos níveis de desemprego, verificou-se uma elevação maior no estado no período pós-reforma, sendo o ponto mais crítico em 2020 com o advento da pandemia, que interrompeu uma tendência de queda iniciada em 2017, ano de implementação da reforma. O mesmo padrão foi observado nos números da subutilização do trabalho.

Sobre as condições de emprego formal, assim como nos níveis de ocupação, o estado do Pará registrou níveis maiores de crescimento em seu estoque no período pós-reforma, mesmo com os efeitos da pandemia. Tal crescimento foi impulsionado especialmente por homens na faixa de 40 a 49 anos, com destaque para o comércio varejista de supermercados, nas ocupações de assistente administrativo ou faxineiro, na capital Belém.

Em relação aos passivos trabalhistas na Justiça do Trabalho (TRT - 8ª Região), no contexto dos estados do Pará e Amapá, observou-se uma redução substancial de quase 40 mil processos recebidos entre 2016-2023.

No contexto socioeconômico do estado, observa-se que, antes da reforma, o Pará possuía 128 empregos formais para cada mil habitantes. Em 2022, esse indicador subiu para 149 empregos por mil habitantes. Contudo, o rendimento médio dos trabalhadores formais do estado saiu de R\$ 3.446,40 em 2016 para R\$ 2.492,20 em 2022, em valores reais corrigidos pelo INPC. Isso significa dizer que ocorreu uma forte deterioração do poder de compra dos trabalhadores formais, em decorrência da inflação acumulada entre 2016 e 2022, agravada pelo período de baixa atividade econômica durante a pandemia de Covid-19.

Sobre as condições de pobreza do estado, assim como na maioria dos indicadores analisados, observou-se uma redução, que saiu de uma taxa anual 47,3% ao ano no período pré-reforma para 43,8% ao ano no período pós-reforma.

Em síntese, considerando o movimento geral da maioria dos indicadores examinados, é possível concluir que a Reforma Trabalhista de 2017 impactou positivamente o mercado de trabalho e também o contexto socioeconômico do estado do Pará.

7. Referências

BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD/T), 2024**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO)**. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). **Estatísticas, 2024**. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/web/estatistica>>. Acesso em: 25 set. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativa Populacional**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>>. Acesso em: 30 set. 2024.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>> . Acesso em: 30 set. 2024.